

# A crise do território, contradições contemporâneas sob processos de financeirização

*The crisis of territory, contemporary contradictions under financialization processes*

*La crisis del territorio, contradicciones contemporâneas bajo procesos de financiarización*

Elisa de Oliveira Morais Nacur Cassano <sup>1</sup>  <https://orcid.org/0000-0002-5544-8748>

Edson Agostinho Maciel <sup>1</sup>  <https://orcid.org/0000-0002-1534-0337>

<sup>1</sup> Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)  - Rio de Janeiro (RJ), Brasil

Autor de correspondência: [elisanacur@ufrj.br](mailto:elisanacur@ufrj.br)

Recebido: 30 abr. 2024. Aceito: 07 fev. 2025

Editor de seção: Glaucio Marafon  <https://orcid.org/0000-0001-9510-7094>

## Resumo

Este artigo analisa a crise contemporânea sob múltiplas perspectivas, com foco nos processos econômicos e suas implicações territoriais e urbanas. O objetivo é demonstrar como mudanças estruturais são moldadas por interesses de capital, perpetuando desigualdades sociais e configurando uma crise territorial. A pesquisa utiliza métodos qualitativos de análise crítica, examinando a reprodução do sistema capitalista e a concentração de poder. Os resultados destacam a substituição da força de trabalho humana pela tecnologia, intensificando a precarização do emprego e agravando a crise do trabalho. Esta é correlacionada à crise do território, evidenciada pela financeirização da vida e pela estruturação urbana voltada à reprodução do capital. O estudo resalta o papel do trabalho periférico na maximização do lucro, gerando ciclos de exploração e endividamento. Conclui-se que a cidade é estruturada com base nos compromissos futuros do capital, consolidando um cenário de precariedade do trabalho e dominação financeira.

**Palavras-chave:** Capitalismo. Crise contemporânea. Estruturação urbana. Financeirização. Precarização do trabalho.

## Abstract

This article analyzes the contemporary crisis from multiple perspectives, focusing on economic processes and their territorial and urban implications. The aim is to demonstrate how structural changes are shaped by capital interests, perpetuating social inequalities and configuring a territorial crisis. The research employs qualitative methods of critical analysis, examining the reproduction of the capitalist system and the concentration of power. The findings highlight the replacement of human labor with technology, intensifying job precarization and worsening the labor crisis. This is correlated with the territorial crisis, evidenced by the financialization of life and urban structuring aimed at capital reproduction. The study emphasizes the role of peripheral labor in profit maximization, creating cycles of exploitation and indebtedness. It concludes that cities are structured based on the future commitments of capital, consolidating a scenario of labor precarization and financial domination.

**Keywords:** Capitalism. Contemporary crisis. Urban structuring. Financialization. Labor precarization.

## Resumen

Este artículo analiza la crisis contemporánea desde múltiples perspectivas, centrándose en los procesos económicos y sus implicaciones territoriales y urbanas. El objetivo es demostrar cómo los cambios estructurales son moldeados por intereses del capital, perpetuando desigualdades sociales y configurando una crisis territorial. La investigación utiliza métodos cualitativos de análisis crítico, examinando la reproducción del sistema capitalista y la concentración de poder. Los resultados destacan la sustitución de la fuerza laboral humana por la tecnología, intensificando la precarización del empleo y agravando la crisis laboral. Esta se correlaciona con la crisis del territorio, evidenciada por la financiarización de la vida y la estructuración urbana orientada a la reproducción del capital. El estudio resalta el papel del trabajo periférico en la maximización del lucro, generando ciclos de explotación y endeudamiento. Se concluye que la ciudad se estructura en función de los compromisos futuros del capital, consolidando un escenario de precariedad laboral y dominación financiera.

**Palabras-clave:** Capitalismo. Crisis contemporánea. Estructuración urbana. Financiarización. Precarización del trabajo.

## Introdução

A crise climática global e seus desdobramentos evidenciam as contradições do sistema capitalista, especialmente quando analisadas sob a ótica das desigualdades entre as nações do Centro e da Periferia. Um exemplo dessas dinâmicas foi a Cúpula do Clima, realizada em setembro de 2023, em Nairobi, capital do Quênia. Embora tenha recebido menos atenção em comparação à COP 28, realizada em Dubai, o evento permitiu que representantes do continente africano discutissem e estabelecessem metas e soluções climáticas voltadas ao “*desenvolvimento futuro*” de seus territórios-nações. Contudo, as discussões não alcançaram o impacto esperado, refletindo os desafios estruturais enfrentados pela África no cenário global.

A energia renovável foi o tema central do debate na Cúpula do Clima, evidenciando tanto o potencial quanto as contradições enfrentadas pelo continente africano nesse campo. A África possui condições privilegiadas para a geração de energia solar e eólica, conforme apontado pela Agência Internacional de Energia, sendo uma das regiões mais favoráveis para a transição energética global. Contudo, o continente enfrenta um obstáculo estrutural significativo: a falta de investimentos financeiros que permitam transformar esse potencial em realidade. Em comparação com outras regiões do mundo, a África permanece em desvantagem, com recursos insuficientes para desenvolver tecnologias e infraestrutura de energia renovável em larga escala. Essa contradição torna-se ainda mais evidente quando se considera que o continente detém cerca de 30% das reservas mundiais de minerais críticos, como cobre, lítio e cobalto. Esses minerais são essenciais para a fabricação de baterias, painéis solares e outras tecnologias indispensáveis à transição para uma economia de baixo carbono. Apesar dessa riqueza natural, os benefícios econômicos e tecnológicos derivados desses recursos são frequentemente capturados por nações do Centro e por corporações multinacionais, reforçando a dependência econômica e tecnológica da África.

Assim, o continente encontra-se preso em um paradoxo: é ao mesmo tempo uma região-chave para viabilizar a transição energética global e uma das mais prejudicadas pela falta de recursos e pela exploração desigual de seus próprios bens naturais. Essa situação reflete a persistência das dinâmicas coloniais e das desigualdades estruturais que marcam o sistema capitalista global. Esses elementos naturais compõem a formação de baterias, painéis solares e tecnologias de hidrogênio e encontram-se hoje cobiçadíssimos pela indústria baseada numa economia de baixo carbono. Ainda que em proporções mundiais a África contribua pouco para a mudança climática do planeta, os países africanos, que são os mais afetados pela crise climática, acabam sofrendo com os processos de: desertificação, ciclones, crises alimentares e ausência de recursos econômicos para investir em produção com baixa emissão de carbono. Nas agruras recentes, o que resta para estas regiões são alternativas de enfrentamento: como a adaptação aos extremos do clima e o financiamento de políticas públicas na busca de resiliência.

Seguindo as condições históricas das nações do Sul, os países como o Quênia acabam por assumir as heranças mais perversas causadas pelas condições coloniais que sofreram (e ainda sofrem). O poder violento e imperialista dos EUA que se reproduz a partir da alienação da sua crise à periferia do mundo, juntamente aos investimentos de massas de capital na indústria bélica, condiciona o planeta às suas estratégias de dominação econômica: promovendo “*guerra, se os métodos ‘normais’ de expansão fracassam.*” (Mészáros, 2009). Esse arranjo, em um primeiro momento, confronta as contribuições dos países inseridos no sistema capitalista para as crises climáticas. Além disso, evidencia os mecanismos de dominação exercidos pelos países do Centro sobre as periferias globais. Essas dinâmicas evidenciam as condições extremas de apropriação e exploração de recursos naturais, características fundamentais dos processos capitalistas. Esse aspecto pode ser considerado um dos muitos elementos que compõem o intrincado novelo de transformações que se intensificaram a partir da década de 1970, marcadas pelo surgimento do neoliberalismo, fenômeno amplamente

conhecido como globalização. Nesse contexto, torna-se central compreender os processos associados a essas transformações, incluindo o surgimento de novas arenas de lutas socioespaciais.

Tendo isto em vista, este trabalho aborda a articulação de temas que consideramos essenciais para compreender os fenômenos característicos do nosso tempo. Esses fenômenos influenciam diretamente a configuração dos espaços de vivência da sociedade em escala global. No início deste milênio, o cotidiano urbanizado tem exposto questões cada vez mais urgentes. As preocupações com os meios de vida da população mundial, especialmente em face de cenários de crise, tornam-se cada vez mais preocupantes. O acesso a condições básicas de sobrevivência de grande parte da população mundial encontra-se cada vez mais exíguo. A escassez de alimentos, de trabalho e de moradia apresentam-se como feridas abertas que o *Keynesianismo* não consegue curar e a condição da pós-modernidade é se reproduzir na barbárie. Esta visão pessimista é defendida por pensadoras e pensadores contemporâneos comprometidos com a crítica engajada. Para muitas e muitos desses intelectuais, o que torna o cenário ainda mais alarmante é a impossibilidade de vislumbrar caminhos concretos para a reversão dessa situação<sup>1</sup>.

Pensando nisso, este ensaio foi motivado pela tentativa de reunir argumentos capazes de contribuir para a construção de um ponto de vista fundamentado sobre os temas abordados. Para isso, foi selecionado um conjunto de teses relevantes, com o objetivo de revisá-las criticamente e promover uma análise aprofundada. A seleção da bibliografia seguiu um método teórico orientado por referências autorais significativas neste campo, buscando levantar ideias centrais que orientam o debate. Com base nessa pesquisa, os resultados foram descritos e analisados, permitindo uma articulação sistemática das teses selecionadas. Por fim, o trabalho dedica-se a discutir essas teses de forma integrada, com a intenção de oferecer novos insights e perspectivas diferenciadas ao debate.

Discutir as questões que moldam os espaços de convivência nas cidades ao redor do mundo é essencial para dar direção ao presente estudo. Para isso, recorre-se à Geografia, que permite compreender esses espaços como lugares onde as relações humanas coletivas se desenvolvem de forma *territorializada*. Nesse contexto, o conceito de território, fundamentado por uma visão crítica, é central para a análise. As cidades, tratadas como representações das estruturas sociais, evidenciam uma reconfiguração escalar contínua, marcada por transformações e reorganizações. Essa dinâmica gera constantes conflitos de poder, que, sob tensão, se intensificam por meio de processos de *desterritorialização* e *reterritorialização*, resultantes da lógica expansiva e mutável do capital.

O processo de expansão das cidades capitalistas, moldado pelo que aqui denominamos de crise do território, tem influenciado de maneira significativa as condições de vida da população em diversos aspectos. A teoria da acumulação primitiva em Karl Marx (2017) oferece uma base importante para compreender os processos históricos do capitalismo. Esse conceito ressoou no pensamento de Rosa Luxemburgo (2021), especialmente em sua crítica aos avanços do capitalismo sobre as sociedades não capitalistas. Luxemburgo destacou como esses avanços se materializaram por meio de guerras, despossessão e escravidão. Esses

---

<sup>1</sup> A crise do território, quando analisada em contextos de financeirização, ganha profundidade ao ser articulada com as reflexões de autoras como Silvia Federici, Nancy Fraser e Angela Davis. Federici (2004) relaciona a expropriação capitalista de corpos e territórios aos processos históricos de acumulação primitiva, demonstrando como as dinâmicas contemporâneas de financeirização replicam formas de exploração e controle. Fraser (2013) aponta que o neoliberalismo transforma territórios e espaços de vida em ativos financeiros, aprofundando desigualdades e precarizando comunidades sob a lógica de acumulação incessante. Davis (1981) acrescenta uma dimensão interseccional ao debate, mostrando como a financeirização territorial está vinculada a relações estruturais de racismo e exclusão, reforçando dinâmicas históricas de segregação espacial e exploração. Essas análises ajudam a compreender o território como uma arena de luta onde a lógica do capital intensifica contradições socioespaciais.

processos podem ser entendidos como indícios dos métodos tacanhos e violentos utilizados na expansão das cidades capitalistas, necessários para a implementação de sua dinâmica de reprodução ampliada.

Entre as questões mais críticas decorrentes das mudanças estruturais impulsionadas pelos desejos capitalistas de expansão, destaca-se a crise ambiental como um dos impactos mais devastadores sobre a vida na sociedade moderna. Uma maneira de traduzir essa afirmação é observar as contradições recentes nos processos competitivos entre os países, em que a busca pela produção frequentemente entra em conflito com os princípios de sustentabilidade. Assim, com relação a contribuição destas nações nos índices de poluição mundiais: temos que, no cenário atual, lugares que não se encontram no centro do capitalismo são os que menos poluem. No ranking dos cinco países mais poluidores temos: China, Estados Unidos, Índia, Rússia e Brasil<sup>2</sup>. Em paralelo, pelo enquadramento decrescente do PIB no mundo, apresentam-se: EUA, China, Japão, Alemanha e Índia<sup>3</sup>.

O Brasil aparece na análise supracitada como uma das cinco nações mais poluidoras do mundo, no entanto o seu posicionamento no ranking do PIB encontra-se fora dos mais abastados. Esta 'dissonância' revela, em primeira ordem, que um país da periferia – ainda que seja um grande produtor de capital – não se desponta como potência econômica no mundo, em comparação aos países centrais. Esta revelação expressa a condição de produção limitada de nosso país (no sentido de bens de produção e tecnologia) e delata a sua concentração produtiva em bens de consumo, principalmente relacionados ao agronegócio e a mineração de cunho exploratório e poluente. Assim, podemos, grosso modo, caracterizar o processo produtivo industrial brasileiro: atuando no campo como na cidade urbanizada.

No Brasil, assim como no mundo, pela reestruturação recente das condicionantes do território, os processos de globalização irão admitir novas noções de atuação/ampliação das escalas de mercado, concebendo-se dinâmicas locais produtivas sob ingerência globalizada. É importante dizer que tal dinâmica se encontra pautada em estruturas desregulamentadas de Estado pelas influências neoliberais. Pode-se dizer que questões locais de países da periferia: como a elevação das taxas de juros, a frouxidão legislativa (e dos órgãos de controle), assim como o esfacelamento das consolidações trabalhistas, irão apontar condições favoráveis ao investimento do mercado internacional nos países do Sul (caso brasileiro). O fato é que tais investimentos reproduzem-se pela dominância financeira por dependência aos países do Norte, administrado pelo capital globalizado e sendo portador de juros. Tais dependências reproduzem-se por dinâmicas produtivas essencialmente insustentáveis ao meio ambiente sob influência massiva do extrativismo inconsciente, da expropriação da terra, da desregulamentação do Estado e da reestruturação neoliberal das políticas do trabalho.

Na tentativa de descrever as condições atuais da sociedade capitalista no seu território, expomos aqui que o objetivo desta pesquisa é avaliar as investidas do Capital, sobre as (re) configurações escalares do território brasileiro, a partir da ideia de financeirização da Cidade e seu agravamento nos processos de injustiça socioambiental. Considerando nosso campo de análise: o ambiente reflexivo e o das teses teóricas, a metodologia adotada foi a de revisão bibliográfica pela abordagem dialético-materialista. Tal princípio deve considerar a sociedade como fruto

<sup>2</sup> Em 2021, o Brasil foi responsável por 6% das emissões globais de CO<sub>2</sub>, totalizando mais de 2 bilhões de toneladas, posicionando-se como o quinto maior emissor mundial, atrás apenas de China, Estados Unidos, Índia e Rússia. Esse aumento de 12,2% nas emissões brasileiras em relação ao ano anterior foi impulsionado principalmente pelo desmatamento e pelos setores de energia e agropecuária (Braga, T., Vieira, M. J., & Buono, R. (2022). **Brasil emitiu 6 de cada 100 toneladas de CO<sub>2</sub> produzidas no planeta em 2021**. Revista Piauí. Recuperado de <https://piaui.folha.uol.com.br/brasil-emitu-6-de-cada-100-toneladas-de-co2-produzidas-no-planeta-em-2021/%23~:text=O%20Brasil%20%C3%A9%20o%20quinto.Estados%20Unidos%2C%20%C3%8Dndia%20e%20R%C3%BAssia> (acessado em 25 de dez. de 2024).

<sup>3</sup> Recuperado de: <https://www.estadao.com.br/economia/maiores-economias-mundo-2023-fmi-ranking-brasil-nprei/>

do seu meio, portanto como resultado da ação coletiva dos indivíduos. Sendo assim, para que nossos argumentos ganhem maior musculatura, é necessário expor dados de campos atinentes à formação da ideia de crise, estando esta historicamente fundamentada.

Deste modo, do ponto de vista econômico brasileiro, temos hoje uma relação matemática entre juros e inflação desproporcional em comparação com outras nações pelo mundo. Este *'estado da arte'*, à princípio, indica que a noção de investimento financeiro no país pode gerar lucros promissores. As modalidades destes investimentos na construção de cidades a partir da perspectiva do financiamento – por exemplo: em moradia – acaba sendo estrutural. De maneira geral, a reprodução dos espaços urbanos determinada pela ideia do *'rentismo'*, acaba por caracterizar fenômenos endêmicos injustos. O acesso à terra urbanizada pelo viés mercadológico fez surgir alguns enclaves que são determinados pela exceção de grupos sociais a determinados lugares de privilégio. A visão classista, inspirada na divisão social do trabalho em Marx, no usufruto dos recursos do território, vai determinar a hierarquia estrutural das cidades. Ou seja, classes específicas irão ter acesso à urbanidade em detrimento das demais. Esta visão encontra respaldo em duas características básicas do processo capitalista de reprodução das cidades: a defesa incontestada do latifúndio (sob processos de acumulação por *'patrimonialização'* do solo) e a Renda da terra (Harvey, 2018).

No atual estágio econômico, a análise aqui proposta converge para a ideia de um capital fictício que, além de monopolizar a terra, a submete a processos extremos de financeirização. Essa dinâmica intensifica o processo de valorização capitalista da natureza, transformando-a em ativo financeiro, o que, por sua vez, acelera e agrava a emergência climática. O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) é categórico em sua análise: danos ambientais irreversíveis poderão ocorrer nas próximas três décadas caso medidas significativas não sejam adotadas. No entanto, os interesses do capital na crise climática apenas se pronunciam quando determinados valores limítrofes de extração de lucro são atingidos. Ainda assim, a natureza se constituirá como bem disponível e desprovido de importância para o sistema, enquanto este puder obter acesso às reservas além de suas fronteiras metabólicas. As mudanças climáticas são consequências da mercantilização da natureza, e evidenciam a destruição como unidade interna da produção e da produtividade.

Enfim, por falar em Brasil, mas retornando-se ao Quênia: a sonhada transição energética hoje se encontra concentrada na aquisição de novas fontes minerais não renováveis que, mediante a sua própria conduta exploratória, admite desestruturas sociais e ambientais. A geopolítica da “energia verde”, em conflito com a dos combustíveis fósseis, desconsidera o desequilíbrio do uso energético pelos países Centrais em comparação aos Periféricos (Araújo & Milanez, 2024). Portanto, é vista apenas como uma questão de substituição tecnológica. Nesta esteira, cabe-nos lembrar do agravamento da crise do território por sua reconfiguração escalar – alimentada pela dinâmica *'rentista'* - nos fazendo crer que o metabolismo do capital é inconciliável com o ritmo metabólico da natureza. Acredita-se que não basta apenas uma substituição de cunho tecnológico, baseado no mesmo sistema original exploratório e desigual. Pensamos que se deve primar por reformas concretas e urgentes, sendo necessário discutir (de forma plural e aberta) a tomada de decisões por parte da própria sociedade a partir de uma perspectiva ecossocialista, liberada dos imperativos do capital e do lucro.

## **A reconfiguração escalar no território, sob o capitalismo recente, e a periferização do mundo**

Os conflitos travados pelas frações de classe, ante a disponibilidade de recursos produzidos pela dinâmica do capital, fizeram surgir enclaves determinantes que se materializaram no território promovendo assimetrias crônicas. Avaliar a formação recente de novas tendências, que, por sua vez, fundamentam mecanismos diferenciais de manutenção

das tais assimetrias constitui-se como premissa deste trabalho. Para tanto, sugerimos a contribuição de Erik Swyngedouw (2018) quando da sua chave teórica em expor uma luta socioespacial recente que se desenvolve através de processos de reconfiguração da escala espacial. Neste sentido aponta-se que há uma realização e legitimação das “coreografias socioespaciais de poder” a partir do estado de globalização da economia. Assim, segundo aquele autor, as escalas obedecem a uma “ordem reguladora” que se refere às “disposições institucionais geográficas”. As escalas também se inspiram nas noções de rede que são “disposições espaciais ou geografias de atividades econômicas inter-relacionadas”. Estas duas categorias têm uma relação direta com os fluxos econômicos e se articulam com o território, redimensionando-o. Podemos dizer que este redimensionamento se transfigura, hoje, num processo de globalização.

Há de se considerar aqui o ‘desejo’ constante do capital de se desterritorializar e se reterritorializar de modo incansável e é preciso desenvolver uma ‘política de escala’ como forma de resistência a tal fenômeno. Swyngedouw irá chamar à atenção para a existência de uma alteração nas geometrias de poder a partir da globalização/internacionalização do mundo (como novos desenhos de ordem econômico-mundial). Pode-se dizer com isto que seja esta a internacionalização do capitalismo. Também é importante notar que a partir da década de 1980 há uma imposição de um processo de neoliberalização da economia, onde o livre mercado torna-se a tônica sobre as nações. Este fato acaba por assumir um discurso hegemônico do pensamento único. Há, portanto, uma naturalização destas influências entre as nações: nasce aqui uma ideologia da globalização. Assim, o sistema capitalista, enquanto processo geográfico, admite os fenômenos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização como naturais, além de se apresentar como um processo em expansão (derrubando barreiras num movimento perpétuo de busca de ampliação dos seus limites).

Recentemente, os fenômenos de fragmentação dos processos produtivos, aliados a uma divisão social do trabalho hiperespecializada, promoveram o surgimento de condicionantes ainda mais elaboradas de ordenamento dos processos de acumulação capitalistas. Os eventos das últimas décadas que caracterizaram tais processos, atrelados às determinações do território, promoveram novas tendências estruturais. A realidade *multiescalar* das práticas econômico-sociais exerceu influência decisiva na definição do termo pelo mundo (Swyngedouw, 2018). Nesta linha, a tese dos Espaços da Globalização, como definição de lugares apropriados ao desenvolvimento capitalista recente (levando-se em conta um conjunto de possibilidades/oportunidades para potencialização da produtividade), fez com que o território assumisse a mediação do global com o local. Assim, considerando a condição de imposição e influência do território nos comportamentos locais, em face às determinações normativas da Globalização, percebeu-se o surgimento de fenômenos novos. Tais efeitos podem ser caracterizados como respostas às investidas de natureza universal sobre as individualidades. No entanto, há de se ressaltar que (como num jogo de influências mútuas) o território adquire as determinações deste mesmo universo local. Com isso, como uma ‘camada fluida e porosa’ que assume influências Globais-Universais, nosso termo acaba por assumir as determinações de ordens íntimas às experiências locais. Esta característica torna este léxico uma das categorias mais importantes e decisivas no estudo do desenvolvimento humano na história.

É preciso dizer que houve um cruzamento de eventos atuantes na reestruturação do território, provocando novas formas de vivência social nos últimos 60 anos. Digo, principalmente, da reconfiguração do mundo do trabalho sob a ampliação das escalas de poder (que fazem rever as relações de produção e as forças produtivas do nosso tempo) e a perspectiva de atuação do capital financeiro sobre a aquisição das cidades. Cidades aqui devem ser encaradas como complexos estruturais que podem trazer maior liquidez ao capital produtivo em atuação. Desta forma, a aquisição de mecanismos que podem acelerar os processos de ampliação dos lucros (encarados como investimentos em capital fixo - juntamente à dinâmica rentista) será parte da tônica dos eixos de crescimento das cidades.

O fato é que estes mecanismos, de avanço do capitalismo recente sobre o território, provocam crises endêmicas a uma sociedade que vive do seu trabalho. A crise do próprio trabalho: manifestando-se em estado de pleno desemprego, inserida num território organizado pela dinâmica incessante do retorno em lucro, acaba por deteriorar as condições de vida urbanas. Este contexto irá contribuir com o que se chamou recentemente de *A condição periférica* do mundo (Canetti, 2020).

O exaurimento das possibilidades de reprodução da sociedade, condicionada ao sistema capitalista, considera que os processos de acumulação primitiva do capital não possibilitarão novos ciclos de majoração de lucros. A ideia de limite, imposta pela crise insolvente, pode determinar o fim do sistema capitalista. Esta defesa desenvolvida por Rosa Luxemburgo (2021) no início do século XX determina a superação do processo capitalista pela sua essência. Ou seja, é da natureza do sistema capitalista – por se reproduzir em condições de crise – a sua própria superação. Karl Marx (2017) já nos chamava a atenção que nos processos de competição concorrencial (pelos ciclos de majoração de lucros, calcados na *mais valia* extraordinária) os ganhos seriam amortizados no tempo. O fato é que a barbárie pode se encontrar no limiar da crise. Thiago Canetti (2020) aponta que hoje a atual situação da sociedade mundial encontra-se num estado de periferização. Ou seja, as condições de aquisição do lucro que se deslocaram da forma produtiva para a forma financeira, considerando a sua reprodução sobre um mundo onde a crise do trabalho é um fato, aliadas a saturação do meio ambiente pelo exaurimento tóxico de recursos naturais, fez surgir uma massa populacional em processo de periferização geográfica no mundo.

O fato é que, antes, aquilo que era exceção, torna-se regra. O foco da reprodução do lucro encontra-se hoje no desemprego e nas condições de uma sociedade escanteada dos ‘meios formais’ de reprodução do capitalismo. Espelhando-se este contexto para uma análise do território: Swyngedouw ressalta que o capitalismo se reproduz eminentemente através de processos geográficos, alastrando-se e transpondo entraves ao aumentar as suas fronteiras. Assim, os movimentos perpétuos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização são formas de o capital buscar constantemente os tais: lucro e *mais valia* extraordinários. Aqui despreza-se o contexto natural do território em todas as suas manifestações, inclusive aquelas que admitem estados periféricos marginalizados do sistema regular. Mike Davis em seus livros: *Planeta Favela* (2006) e *Cidades Mortas* (2007) faz uma descrição absoluta das condições de reprodução do capitalismo (expandindo os seus limites) em estado de barbárie, atuando no território.

Um fenômeno importante para caracterizar a multiplicação do estado de periferia do mundo é a descentralização da regulação dos salários (e das condições de trabalho) sobre a eficiência da dinâmica da globalização: é o Estado, localmente, implementando políticas de regulação/desregulação dos salários mediante referências transnacionais de bonificação da mão-de-obra do trabalhador. Este exemplo compõe a dinâmica socioinstitucional de organização em que vivemos hoje. Assim, a ideia da formação de um mosaico com novos arranjos locais-globais, novos fluxos de dinheiro e novas configurações geográficas a partir de, também, novas organizações territoriais, pode ser visto como uma capacidade das empresas relacionarem-se em rede com universos globais estruturados. Esta capacidade relativiza as referências locais do território sob a orientação de determinações globalizadas. Pela visão crítica: isto promove uma impossibilidade de se desenvolver qualquer tipo de consciência de classe nas reivindicações do mundo do trabalho, o que estimula a reprodução perpétua das agruras trabalhistas pela alienação da periferia do mundo.

Ademais, a aquisição social do espaço nos moldes recentes, considerando as questões aqui expostas, conjuga relações de produção e de dominação social abstrata em estado perpétuo de aceleração e de pleno reescalonamento. Estas relações desenvolvem-se por meios subjugados às determinações da capitalização que são determinantes. No entanto, há de se ressaltar que as condições extremas de exploração que o mundo traduz desenvolvem-se na

impessoalidade e no fetiche do mercado. Com isso, a dominação que se reproduz através das estruturas do território – por meio das cidades urbanizadas e desiguais – acaba perpetuando-se como “objetividade abstrata do capital automatizada e “naturalizada”” (Canettieri, 2020).

Pelo exposto, defendemos que as investidas do Capital Globalizado na produção de ‘Cidades Mundiais’, como lugares propensos ao investimento financeiro, agravam e ratificam as condicionantes do ‘rentismo’ e da propriedade privada. Por consequência, as possibilidades de acesso horizontal aos recursos naturais do território pela sociedade tornam-se cada vez mais improváveis. Assim, mediante à concentração por monopólio do latifúndio e as variações dos valores da terra, promovidos pelos grandes investimentos pontuais na cidade, o exercício do direito à moradia torna-se exíguo. Uma outra questão relevante é que a ampliação das escalas de poder, em atuação no território, tende a manter os desequilíbrios sobre as variações dos valores da terra (que engendram maiores especulações de renda aos interessados). O território desigual – como num paradoxo – acaba por desenhar um cenário propenso à reprodução da acumulação capitalista na multiplicação do seu capital fictício. Este caráter revelará arroubos diferenciais de valores da terra topologicamente localizados, em resposta aos investimentos pontuais de concepção das ditas cidades Globais e suas externalidades.

Nesta conjuntura, vale dizer da importância em se desenvolver tentativas de caracterizar o atual cenário produtivo do capitalismo, considerando a influência dos seus mecanismos de reprodução no espaço geográfico. Pela síntese, os movimentos recentes de (des) territorialização dos processos de produção e acumulação de capital nas cidades, concebendo espaços sob a influência de escalas múltiplas de poder, acabaram por intensificar os mecanismos de aquisição do lucro. Parte-se do princípio de que este fenômeno potencializou os ganhos de especulação sob a renda da terra, fazendo com que os quadros de injustiças socioambientais se agravassem ampliando os estados de vulnerabilidade social. Vale lembrar que esta vulnerabilidade se converte, em grande medida, em fragilização ambiental. No contexto das cidades globais, a crise do meio-ambiente também atinge magnitude transfronteiriça.

### **O caso brasileiro e a “coalizão conservadora”**

Para se discorrer sobre as questões relacionadas ao Brasil, dentro daquilo que expomos, partimos de uma reflexão-chave: o entrecruzamento das formas de Capital Mercantil e Fictício como instrumentação de um modelo exploratório perpétuo que reproduz métodos ultraconservadores (e monopolistas) de apropriação da riqueza (Brandão, 2023). Nesse meio, o Patrimonialismo e o Rentismo - como formas oportunas de acumulação de dinheiro - apresentam-se como fenômenos estratégicos à capitalização. Pela disposição dos argumentos, analisou-se o caso brasileiro como um ‘modelo-tipo’ desta construção. Neste sentido, as fases históricas nacionais que contam com a participação do Estado - atrelada aos interesses do Grande Capital - reproduzem os ideais de coerção e expropriação nos repetidos ciclos de poder, na forma de acumulação primitiva.

Brandão (2023) relata que o monopólio do Poder (que impõe clivagens de classe, da terra e do dinheiro) desenvolve-se no território nacional usurpando-o, pela exploração e pela extração da riqueza, de modo desenfreado. As ditas frações de classe - que se mantêm através das negociatas privadas - constituem estruturas de dominação sobre os espaços políticos e econômicos. As escalas de poder que nos referimos em itens anteriores encontram-se aparelhadas pelas frações de classe, constituindo-se em formações de influência enraizadas nos processos de especulação dos capitais mercantil e fictício. Soma-se a isto uma espécie de ‘condição brasileira’ onde o conservadorismo político tem papel importante na perpetuação dos interesses do capital mercantil. Desta forma, a reprodução dos protecionismos rentistas sobre a propriedade privada, a circulação de capitais, de mercadoria e de dinheiro, encontra-

se garantida pela tradição do controle político dos espaços econômicos e geográficos - por coalizões de poder.

A influência do Capital mercantil no sistema Capitalista se dá quando a produção necessita ser escoada (“circulação de capital resulta em valor” (Marx, 2017)). Desta tônica o encurtamento do Tempo de Giro vira premissa para a maximização dos lucros. A nova fração de capital entra em cena criando valor fora do processo de produção, mas na disponibilização do que foi produzido no mercado. Desta forma, o capital mercantil se estrutura a partir dos múltiplos mecanismos de disponibilização das mercadorias ao mundo do consumo, resultando em massas de dinheiro. Este exercício respalda-se na especulação dos preços dos produtos: que ao saírem das fábricas, já constituídos de valor-trabalho, ganham um ‘sobrevvalor’ por estarem disponíveis nos circuitos de consumo pelas mãos das frações do capital mercantil. Há de se ressaltar a importância do processo potencialmente regulatório deste tipo de Capital, que mesmo não fazendo parte diretamente do processo de produção do valor, influencia-o, ampliando gradativamente o seu domínio.

Ainda na linha crítica ao Capital Mercantil, Brandão (2024) salienta que há aqui uma particularidade importante quando da prevalência ao domínio da proteção da propriedade privada individual e, sobretudo, das suas formas arrendatárias. Para tanto é necessário encampar a discussão que trata da liquidez do capital, nos processos de circuitos de valorização, e de seu oportuno enrijecimento. As formas de rentismo juntamente às de patrimonialismo trabalham juntas no processo de variação do valor a partir do jogo de trocas de mercado. As capitalizações quando se apoiam nos crescentes processos de circulação de valor podem sofrer arrefecimento pela baixa de juros correlatos. Neste sentido a liquidez do capital se esvai, orientando os investimentos para os mercados imobiliários – o capital, então, coagula-se. Percebe-se, contudo, que as ações estratégicas do Capital Mercantil se utilizam do Rentismo, tanto quanto do Patrimonialismo, a depender da ocasião. Para tanto, Brandão (2024) ressalta aqui a equação econômico-política que tem por base a acumulação de terra, dinheiro e poder.

São características do rentismo a expectativa de Renda sobre o monopólio da propriedade privada e, também, através da coerção concorrencial relativa, considerando as assimetrias nas frações de capital. A perspectiva de um possível fluxo de Renda futuro gera o Capital no presente – pura especulação sobre uma ficção – é Renda despertada em algo que poderá acontecer<sup>4</sup>. Salienta-se aqui que o Estado é grande promotor desta forma de Capital, promovendo a venda de títulos da dívida pública. A cidade também tem grande participação neste cenário sobre a movimentação dos circuitos imobiliários-mobiliários (mercantil, rentista e fundiário) através da maximização da propriedade privada e das influências do poder de classe. Chega-se nas expressões do mundo Liberal baseado no direito à propriedade privada como modelo rentável e na venda de títulos da dívida pública. Ressalta-se neste momento a formação dos latifundiários urbanos e sua influência.

A partir dos fundamentos aqui apresentados, Brandão (2023) orienta sua tese para uma argumentação sobre as formas de dominação interna do Brasil. Neste sentido, inicia-se uma defesa de que há uma prática nacional que se encontra pactuada numa forma de dominação social. Tal coerção é promovida pela tríade: dos donos da terra, do Estado e dos detentores do dinheiro – essas facções são encaradas como elites que jamais se submetem a qualquer possibilidade de regulação democrática da sociedade. Neste sentido, para Brandão (2023), há uma reiteração constante das facções do bloco oligárquico no poder e estes ciclos viciados prejudicam o desenvolvimento civilizatório e as liberdades democráticas da sociedade. Confirmando esta tese, para o economista Pedro Faria: o Brasil se desenvolveu

---

<sup>4</sup> Muito expressivo no arrendamento da terra e na conformação das cidades capitalistas, segundo a sua ordem latifundiária – vide Harvey (2006) em: “A produção capitalista do Espaço”.

preso ao extrativismo colonial, o que caracteriza um grau de rentismo exacerbado (Falconi & Rebello, 2024).

As cidades brasileiras compartilham de uma característica de formação singular: há uma alta concentração fundiária da propriedade rural e urbana, assim como pela exacerbada concentração da riqueza e de população nos eixos urbanos centrais. Nota-se que todo este processo de formação foi altamente marcado pela destituição de direitos. Há, com isso, uma extremada desigualdade social, por muito, causada pelos processos regionais de acumulação primitiva. Deve-se elencar as fases históricas nacionais que referendam processos pactuados pela dominação das frações de poder, como, por exemplo, o Estado Novo (1937 / 1945). Neste momento, houve uma ratificação de interesses (alheios aos dos anseios sociais democráticos) exercida por aqueles que se encontravam comprometidos com a especulação financeira e/ou mercantil de nosso país<sup>5</sup>. No detalhe, o caráter determinante das demandas por moradia nas cidades brasileiras, que caracterizam estes territórios pela sua formação, encontra-se materializado através de uma hierarquização. Esta diferenciação, causada pela lógica do capital em produzir renda fundiária, irá marcar a estratificação espacial nas metrópoles urbanizadas pelo país à medida que excepcionaliza (aos que têm posses) as benesses estruturantes das cidades.

Para se falar da formação das cidades brasileiras no início do século XX, a partir dos anos 30, há de se considerar a incursão de uma burguesia insurgente ante às determinações de um mercado agrário em atuação. Segundo Francisco Oliveira (1982) é preciso olhar o Urbano segundo as relações sociais de produção vigentes, mas, principalmente, pelo viés histórico da divisão social do trabalho. Para este autor as cidades são estruturas fundadas para o atendimento de um mercado que desenvolve mecanismos propensos a esta divisão social pelo trabalho - a cidade então é vista enquanto sede do capital comercial. Brandão (2024) defende que há, pelos eventos aqui citados, a (re) constituição de um arco de alianças conservador - 'híbrido e polimórfico' - entre as divisões mercantis, usurárias e fundiárias na formação da sociedade brasileira.

A partir desta constatação, por orientação deste último autor, há de se avaliar a estrutura de atuação do capital mercantil e do capital fictício que, através da constituição do citado arco de alianças, desenvolvem suas especulações entrelaçadas à terra, ao dinheiro e ao Estado. Algo de grande interesse pela análise crítica sobre o Estado brasileiro (e a reprodução capitalista da sua realidade) está em avaliar a dita "coalizão conservadora". Este arranjo se torna capaz de ordenar a produção de Renda, a partir do que Brandão (2024) chama de "equação político-econômica", entre: os proprietários fundiários, o Capital de incorporação, o Capital de construção e o Capital financeiro". É importante ressaltar que esta mesma formação se encontra garantida no Brasil pela proteção dos cartórios, das câmaras de vereadores, pelo poder judiciário etc. Este cenário 'engessa' as forças de estruturação e rompimento com as táticas retrógradas ao desenvolvimento democrático de nosso país (considerando-se o direito à cidade e a gestão compartilhada dos espaços).

## **A financeirização das cidades e a realidade multiescalar**

A atuação recente da repactuação das escalas de poder que vão determinar a realidade espacial e econômica das cidades, inseridas nos seus territórios, manifesta-se em arranjos sob o investimento de capital de forma peculiar. A aquisição de estruturas através de capital fixo - como forma de dar fluidez à produção - precisa ter retorno. Daí, o grande capital irá se utilizar de suas ferramentas para que os investimentos tenham êxito: seja na sua reprodução

---

<sup>5</sup> Do tipo rentista - patrimonialista sobre artimanhas dos arranjos de poder.

ampliada ou como forma de renda. A primeira hipótese se vale dos dividendos que o investimento resulta em si mesmo (refletindo-se nos processos produtivos que se valerão indiretamente daquilo que facilitou uma maior aquisição do lucro). Já a segunda hipótese trabalha com a possibilidade – ou o potencial – que a terra (sendo beneficiada) tem de gerar lucros. Aqui há uma base fictícia de acumulação capitalista em ação. O capital fictício em especulação sobre os valores da terra poderá estar ligado intimamente aos investimentos que o capital fixo se apoiou. Há aqui uma contradição – já apontada no item anterior – quando da atuação dos juros aos investimentos que o próprio capital fixo gerou. Porém, por consequência desta atuação, há uma estagnação dos novos circuitos.

David Harvey (2018) irá descrever as manifestações geográficas que, por influência do capital, irão caracterizar os espaços de convívio das cidades concebendo novos fenômenos territoriais recentes. Parte-se da ideia de que “o capital é definido como “valor em movimento”” lastreando os fenômenos de criação e configuração espaço-temporal como circunstâncias geográficas. Nota-se a condição inerente à sua dinâmica de expansão, quando da destruição das barreiras que impedem (ou que dificultam) a sua circulação – como busca perpétua de se anular as barreiras dos espaços pelo tempo. É importante ressaltar que esta definição na contemporaneidade se desenvolve numa escala de mercado mundial (ou do comércio internacional) para, a partir daí, entender a visão da transformação do trabalho abstrato em trabalho social - sob processos hegemônicos de formação.

Através da ideia de descrever o capital como valor circulante (e observando-se as estruturas formadas para prover esta condição) Harvey (2018) irá desenvolver seu pensamento sobre a formação das cidades. Pela análise específica da reprodução do capital fixo, na forma de aparatos urbanos, chega-se à seguinte questão: como o valor dessas “máquinas” é transferido às mercadorias? Ou, de modo mais geral, como este capital flui? Pode-se dizer que os fluxos de capital nas tais estruturas irão ser determinantes para o seu próprio “pagamento”. Isto se dá através do reflexo indireto, pelo menos, de duas condições: a da maior aquisição de lucro nos processos de produção (que o engenho favoreceu) e a flutuação possível dos juros que decorre das negociações envolvendo a propriedade urbana privada na localização dos investimentos. Com o avançar dos processos, chega-se à ideia de que há uma dominação do contexto monetário (que se dá pela participação fundamental do capital portador de juros (crédito/empréstimos) na aquisição dos equipamentos da cidade). Contudo, a circulação desta forma de capital e do valor (através do uso de capital fixo) tornam-se práticas restritamente interligadas. Destarte, a circulação de capital encontra-se subordinada às cidades urbanizadas pela atuação dos investimentos em capital fixo e no capital portador de juros.

É preciso problematizar o contexto que acabamos de descrever para que assim analisemos as condições de crise que o capitalismo urbanizado pode gerar. Como citado, o capital fixo, como investimento em estruturas urbanas, ganha um caráter relevante na ideia de movimento na concepção dos espaços. Mas, este mesmo capital, quando cristalizado, torna-se imóvel (fixo), isto induz a uma contradição. O capital imobilizado na forma de obras públicas precisa ser liquidado e, considerando que a sua aquisição se dá por um capital tomado (portador) de juros, espera-se um trabalho futuro para que, só assim, possa ser saldado. Este tipo de aquisição serve para “libertar” o capital produzido nas fábricas por meio de melhorias na sua circulação, no entanto a imobilidade do capital fixo necessita do seu uso constante e localizado para dar retorno ao seu investimento. Assim, este exercício, ao mesmo tempo que libera mão-de-obra e capital excedente (represado) também aniquila possibilidades futuras de flexibilidade. Isto explica – para Marx – as crises periódicas.

Nesta arena, é preciso esclarecer os conflitos entre aqueles que se beneficiam diretamente do investimento em capital fixo e aqueles que fazem lucro pela simples posse da terra através da renda. Pela disputa da captura da *mais-valia* extraordinária – que beneficia o capital produtivo - a absorção do tal lucro extra também se esvai para aqueles que detém o

monopólio da terra. Encontramos aí um ponto de disputa entre estas duas formas de aquisição de lucro por frações de capital distintas. Esta concorrência acaba por perpetuar três estratégias de expansão do capitalismo em cidades:

- a. Quando há saturação das possibilidades de lucro: o capital irá na direção de regiões onde a especulação pelos juros da propriedade privada da terra seja menor - portanto, haverá uma maior horizontalização de crescimento através de novos eixos;
- b. No caso de os lucros, em locais de exploração, ainda satisfazerem os anseios dos investidores, o encarecimento topológico dos modos de vida prevalecerá. Isto irá manter os altos custos de manutenção da vida sem uma ampliação de escala espacial;
- c. Quando a expansão horizontal se mostra inviável, ainda que as perspectivas locais de lucro apresentem declínio, haverá a criação de novos modelos urbanos endógenos em áreas já ocupadas por camadas de baixo padrão de consumo: é o que percebemos nos projetos de renovação urbana.

Os juros, aos quais nos referimos na exposição destes argumentos, encontram-se ligados às sobre-elevações do lucro e se materializam como dividendos do financiamento da posse da terra que irá fazer lastro em todas as atribuições de preços deste mercado. Daí, como nos exemplos supracitados, torna-se comum o avanço de novos modelos de produção de lucro em áreas “desurbanizadas”, ressignificando suas condições originais do território. Ressalta-se que estas manifestações resultam, na sua maioria, em desestruturação ambiental, social e, por fim, metabólica. Podemos caracterizar assim, o crescimento do capitalismo (e seus processos urbanos de expansão) sob a violência política das grandes corporações.

Na contemporaneidade, os movimentos de territorialização e desterritorialização, encontram-se cada vez mais fluidos pela dinâmica da economia em rede globalizada. As grandes indústrias, empresas e setores de serviços não guardam grandes condições de estabilidade com o território. É o caso de aparição de cidades-fantasma americanas no Texas ou em Las Vegas, gerando sérias condições de desemprego e desvalorização do solo urbano em substituição por recorrentes empreendimentos imobiliários (como projetos de requalificação promovidos pelo grande capital). Como vimos, este fenômeno é uma constante nas cidades capitalistas e se encontra presente na formação e organização do seu território. A respeito deste mecanismo: atente-se para os agravantes na hierarquização do acesso à terra que a cidade global/mundial admite.

Há aqui uma perspectiva injusta no acesso à cidade: onde os investimentos, sob a dominância deste grande capital (em disputa constante por escalas de atuação e de fluxos), acabam por determinar estruturas sob processos de exploração dos que foram expulsos do seu território. Estas desposseções, por exemplo, ocorrem por condições de renovação de espaços urbanos anteriormente “degradados”. Arelado a isto, podemos considerar os sistemas exploratórios através de várias vertentes: pelo trabalho, pela especulação através do financiamento da moradia e pelos custos de vida causados pelas assimetrias topológicas do valor da terra. O fato é que estas investidas (que hoje configuram-se como a criação de modelos urbanos) transformam as cidades em lugares mais propensos ao investimento do capital financeiro, relegando à classe trabalhadora uma condição única (e perpétua) de produção do valor pela exploração do seu trabalho. Com isso, defende-se que há um agravamento no “acesso classista” à terra urbanizada. A classe dos trabalhadores (subalternizada) encontra-se depreciada no alcance às benesses do que se convencionou chamar de cidade formal / regularizada.

Há de se ter uma especial atenção neste momento para a participação da política monetária, via expansão do comércio internacional. O principal meio para a acumulação de capital hoje acaba sendo o mercado financeiro que irá se valer das especulações sobre as

flutuações da taxa de câmbio pelo mundo. Vivemos a ordem do “dinheiro como expressão de valor em movimento e o capital como direito ao tempo (laboral) futuro” (Swyngedouw, 2018). Alinha-se a isto a exploração do trabalho, na perspectiva de retorno aos investimentos em capital fixo urbanos, sobre uma massa de trabalhadores em processo de periferação, desemprego e miséria. Isto se dá por condições de hipervalorização da terra – onde os mesmos investimentos foram feitos – caracterizando a dinâmica do crescimento das cidades capitalistas. A população proletarizada, por consequência destes processos, irá viver ao largo da cidade formal. O que resta a esta população excluída é viver sob processos que se mantêm da dinâmica exploratória da sua força de trabalho que, por sua vez, encontra-se assentada em condições insustentáveis, marginalizadas e periféricas.

## **O agravamento das injustiças socioambientais**

O agravamento das injustiças socioambientais é evidenciado pela forma como o capitalismo contemporâneo explora os recursos naturais e perpetua desigualdades sociais. A teoria da acumulação primitiva de Marx nos ajuda a entender como a busca incessante por lucro leva à expropriação e degradação dos territórios e das comunidades locais. A apropriação do dinheiro através de mecanismos capitalistas, como o capital portador de juros, exemplifica essa dinâmica, onde o lucro é desvinculado da produção de valor real, resultando em uma concentração de riqueza nas mãos de poucos, enquanto a maioria enfrenta condições de vida precárias e degradação ambiental. Nesse contexto, as relações entre trabalho, território e meio ambiente tornam-se cada vez mais evidentes. A crise do trabalho, em que a automação e a tecnologia substituem a mão de obra humana, resulta em desemprego e empregos precários, contribuindo para a marginalização de comunidades e para a intensificação das injustiças socioeconômicas. Ao mesmo tempo, a exploração desenfreada dos recursos naturais e a financeirização da economia exacerbam a degradação ambiental e a perda de biodiversidade, afetando diretamente as populações mais vulneráveis, que dependem dos recursos naturais para sua subsistência.

A cidade, como espaço central da reprodução do capitalismo, reflete e intensifica essas injustiças. A estruturação urbana é moldada pelos interesses do capital, onde a busca por lucro determina a distribuição desigual dos recursos e a segregação socioespacial. A expansão do crédito e do endividamento, incentivada pelo capitalismo financeiro, aprisiona as populações em um ciclo de consumo insustentável e trabalho precário, perpetuando a exploração e a desigualdade. Isso fica mais evidente no modelo de cidades-empresendimentos. Nesses modelos neoliberais, que sujeitam a democracia aos interesses mercadológicos, a cidade reflete a lógica da mercantilização do espaço, onde o solo urbano e seus recursos são tratados como *commodities* a serem exploradas em busca de lucro. Isso leva à especulação imobiliária, à gentrificação e à expulsão de comunidades marginalizadas para as periferias. Tudo por causa da busca de uma valorização do solo para o benefício dos proprietários de capital, sem que se considere a conjuntura imediata aos negócios urbanísticos, que envolve pessoas e ecossistemas afetados.

Além disso, a cidade-empresendimento está intimamente ligada à concentração de poder econômico e político nas mãos das elites empresariais e políticas, que moldam o ambiente urbano de acordo com seus interesses e objetivos de acumulação de capital. Isso se reflete na privatização de espaços públicos, na implementação de projetos de desenvolvimento urbano voltados para o lucro e na marginalização das necessidades e demandas das classes trabalhadoras. Henri Lefebvre, por sua vez, contribui para essa análise ao introduzir o conceito de "produção do espaço" e destacar a importância da vida cotidiana na compreensão da cidade. Para Lefebvre, a cidade não é apenas um produto do capitalismo, mas também um espaço de resistência e de possibilidade de transformação social. Assim, na perspectiva de Lefebvre, a cidade-empresendimento pode ser entendida como um campo de batalha, onde

diferentes forças sociais disputam o controle do espaço urbano e buscam transformar suas condições de vida. Isso envolve a luta por moradia digna, pela democratização do acesso aos recursos urbanos e pela criação de espaços públicos e comunitários que atendam às necessidades de todos os cidadãos.

Diante desse cenário, torna-se urgente uma abordagem ecossocialista que enfrente as injustiças socioambientais de forma integrada. Isso requer uma transformação profunda nas estruturas econômicas e sociais, onde a justiça ambiental e social sejam priorizadas sobre os interesses do mercado. Neste cenário, a acumulação socialista se daria de forma diferente. A acumulação socialista, em contraste com o modelo capitalista, apresenta uma abordagem radicalmente diferente em relação ao território e às cidades. Enquanto o capitalismo tende a explorar e mercantilizar o espaço urbano em busca de lucro, o socialismo busca uma distribuição mais equitativa dos recursos e uma organização do território que atenda às necessidades humanas e promova a sustentabilidade ambiental. Essa perspectiva é fundamentada nas análises de Karl Marx (2007), Nikolai Bukharin (1977) e outras e outros teóricos marxistas<sup>6</sup>, bem como nas ideias do ecossocialismo, que buscam integrar as preocupações ambientais com a justiça social.

Nesse sentido, Preobhazensky (1979), um economista marxista soviético, contribuiu para essa discussão ao analisar a acumulação socialista. Ele argumentou que, sob o socialismo, os recursos seriam utilizados de forma planejada e antecipada à produção da mercadoria, visando o bem-estar da sociedade como um todo. Isso incluiria a redistribuição equitativa da terra e a implementação de políticas urbanas que priorizem o acesso universal a moradia, transporte, saúde e educação. O ecossocialismo propõe uma acumulação socialista que considere não apenas aspectos econômicos, mas também ambientais, visando equilibrar o desenvolvimento com a preservação dos recursos naturais. Isso implica em políticas urbanas sustentáveis, como espaços verdes e transporte público, para criar cidades inclusivas e ambientalmente conscientes. Essa abordagem requer uma mudança estrutural profunda na economia e na sociedade, com planejamento democrático e participação popular, visando garantir a justiça e equidade no espaço urbano para as gerações presentes e futuras.

## Conclusão

A concepção de crise aqui descrita deve considerar a relevância dos processos que fazem parte dos novos modos de produção e acumulação do capital, mas, principalmente, na sua relação com as mudanças estruturais que o território assumiu. Podemos dizer que tais mudanças acabam por forjar uma crise do próprio território, através de mecanismos que confirmam condições de dominação da sociedade pela reprodução de dinâmicas de interesse daqueles que detém o poder. Falar do território alinhado, obrigatoriamente, às condições do mercado, é apurar o universo das relações sociais enquanto relações de produção e a partir daí determinar e orientar o avanço das forças produtivas (e seus impactos) nos espaços geográficos de vivência na sociedade. É também, o quanto antes, concentrar-se na descrição das relações socio-metabólicas da humanidade com o seu meio e admitir a participação onipresente do território e do fluxo do tempo no espaço.

---

<sup>6</sup> A perspectiva apresentada encontra suporte teórico nas obras de Marx (2007), em *O Capital*, que fornece as bases para a crítica à acumulação capitalista e sua relação intrínseca com a exploração do território, e Bukharin (1977), em *A Teoria do Materialismo Histórico*, que aborda as contradições entre organização social e estrutura econômica. Foster (2005), em *A Ecologia de Marx*, conecta o materialismo histórico às questões ecológicas, argumentando que o metabolismo social capitalista é insustentável. Löwy (2005), em *Ecossocialismo*, propõe uma síntese teórica entre marxismo e ecologia, destacando que a superação do capitalismo é indispensável para uma justiça socioambiental efetiva. Essas análises sustentam a concepção de acumulação socialista como alternativa teórica e prática à crise socioambiental contemporânea.

O exercício de conceber o mundo contemporâneo em estado de crise, obrigatoriamente, nos induz à tarefa de busca das causas do colapso sobre aquilo que sustentaria o funcionamento dos sistemas de reprodução da vida em sociedade. Uma das suposições que este ensaio aponta: está na recente apropriação de dinheiro, pelos mecanismos capitalistas de aquisição do lucro monetário (capital portador de juros) como sendo uma ‘superação’ das fases de produção do valor. Ou seja, vivenciamos uma dupla jornada de recomposição dos processos produtivos ( $D - M - M' - D$ ) em paralelo ao imediatismo da aquisição de lucro pelo anti-valor ( $D - D$ ). A reprodução desta dinâmica encontra-se corroborada por inúmeros fatores: o mais elementar é o próprio aumento da composição orgânica do capital nas esferas produtivas. No entanto, a possibilidade de adquirir lucro estanque ao calor destes processos torna-se, para o mercado, demasiado sedutor. Com o foco neste interesse o capital portador de juros apresenta-se como pedra de toque das relações capitalistas da contemporaneidade. Contudo, essa premissa traz consigo o agravamento dos mecanismos de monopólio, estados de exceção, superconcentração da propriedade privada e atualizações, por ampliação, das escalas de poder (dominando as esferas de reprodução e criação de valor).

A crise do trabalho, como um dos resultados dos acontecimentos supracitados, é uma realidade. Como a parte fundamental que sustenta todo o processo de transformação do capital ( $M - M'$ ) na aquisição do ‘mais valor’ encontra-se cada vez mais sob bases tecnológicas (robótica, algoritmos, inteligência artificial etc.), a possibilidade de repulsão da força de trabalho humana é imensa. Neste aspecto, podemos chegar a um questionamento do sentido, hoje, daquilo que Marx chamou de exército industrial de reserva. Se os postos de trabalho se encontram exíguos – com progressiva tendência à extinção – e se a aquisição de lucros se apresenta desviada dos processos produtivos (por uma dominância do crédito – dinheiro à juros) a acumulação da massa de desempregados, dos sem trabalho, ou daqueles que sofrem com condições laborais degradantes, somada aos números recordes de lucros do setor bancário, dão um cenário sintomático dos nossos tempos. É preciso estar claro que não há uma extinção absoluta dos postos de trabalho (isto aniquilaria por completo o sistema) mas, sim, uma tendência de extrema redução e fragilidade (em condições degradantes) destes postos. Portanto a crise do mundo do trabalho está no seu próprio manutenção, contudo sob condições progressivas de desregulamentação e precarização.

A inter-relação entre a crise do trabalho e a crise do território reflete o colapso estrutural do modo capitalista de produção, que se sustenta na exploração simultânea da força de trabalho e da natureza, entendida não apenas como recurso, mas como parte integrante do espaço socializado. O aumento da composição orgânica do capital — ou seja, a intensificação do uso de máquinas, tecnologias e infraestruturas em detrimento do trabalho vivo — e a estratégia de deslocamento da produção de lucro para o crédito (juros) aprofundam a precarização tanto das condições de vida humanas quanto da própria natureza. Nesse contexto, a apropriação intensiva da natureza, enquanto insumo do processo produtivo, esgota ecossistemas e territórios ao mesmo tempo em que empurra as populações trabalhadoras para condições de vida degradantes. A exploração ambiental, que deveria sustentar o desenvolvimento, torna-se um fator de crise, alimentando processos de destruição territorial e ecológica que retroalimentam as desigualdades socioeconômicas.

A massa da população, muitas vezes desempregada ou subempregada, é duplamente assujeitada: por um lado, à lógica do trabalho precarizado, necessário para financiar um futuro já comprometido pelo crédito; por outro, à deterioração ambiental e territorial que impõe limitações ainda maiores à reprodução da vida. A natureza, assim como o trabalho, torna-se vítima de um sistema que perpetua um ciclo deletério de exploração e degradação, inviabilizando alternativas sustentáveis de organização socioeconômica e territorial. Essas condições se manifestam diretamente no plano territorial, configurando-o de forma restritiva e subordinada às mesmas forças que moldaram as estruturas do trabalho. O capitalismo mercantil, que em certa medida superou seu caráter produtivo inicial por meio da transformação das forças produtivas, ajustou também seus meios de reprodução às novas

demandas. Nesse contexto, a terra, enquanto meio produtivo, sofre uma ressignificação sob as dinâmicas do capitalismo avançado, sendo inserida em modelos de financeirização como uma alternativa imediata para a extração de lucros diante do enfraquecimento do capital mercantil.

A monopolização do patrimônio fundiário, combinada à sua valorização especulativa que impacta as taxas de juros, submete o Estado à pressão dos oligopólios rentistas, forçando ajustes nos mecanismos que conectam inflação e juros. Essa dinâmica intensifica o caráter expropriador do capitalismo financeirizado. Como apontado em tese recente de Pedro Romero Marques e Fernando Rugitsky (Falconi & Rebello, 2024), a ampliação do consumo, associada ao crescimento do crédito, resultou em um processo de expropriação financeira sem precedentes no Brasil. Nesse cenário, observou-se uma significativa transferência de ganhos salariais para o setor rentista, mediada pelo endividamento crescente das famílias, aprofundando as desigualdades socioeconômicas e o controle territorial pelo capital. As estratégias supracitadas cunhadas pelos oligopólios - frações do capital - irão influir diretamente na concepção do território: tanto no desenvolvimento de “fórmulas urbanas” que propiciam retorno aos investimentos como capital produtivo, quanto na produção financeirizada de renda. Deve-se atentar para o dado em que as duas vertentes de exploração operam de forma concomitante. Outra condição que representa a atuação do/no território, ante aos processos capitalistas recentes, é a participação da mão-de-obra periférica na aquisição do lucro: seja na produção do valor, seja na manutenção do trabalho afim de sanar endividamentos por crédito (dinheiro futuro).

Pela ideia de financeirização da vida, que irá dominar os fluxos de capital, podemos admitir que a cidade (como parte do território) irá se estruturar por conta dos compromissos futuros do antivalor. Ou seja, para prover as dinâmicas de produção de lucros os trabalhadores irão sofrer as mais diversas explorações, num mundo desregulamentado pelo neoliberalismo: onde o desemprego pleno, atrelado a escassez do próprio trabalho, determinará a realidade das vidas urbanizadas. Assim, o acesso facilitado (e incentivado) ao mundo do crédito – para se obter os meios materiais de vida – torna-se uma regra e o trabalho futuro para conter as dívidas assumidas no presente terá lugar garantido nas cidades estruturadas por este propósito. Ou seja, os complexos estruturais promovidos pela materialização do capital fixo estarão prontos para este exercício. O capital portador de juros, então, pode ser encarado como indutor dos eixos de crescimento das cidades pela sua natureza dominante nas vidas periféricas de um mundo em crise do trabalho.

## Referências

- ARAÚJO, A.; MILANEZ, B. **Extratativismo “verde” e o canto da sereia da transição energética**. Le Monde Diplomatique Brasil, São Paulo, ano 16, n. 198, p. 7-8, 2024.
- BUKHARIN, N. **A teoria do materialismo histórico**: um manual popular de sociologia marxista. São Paulo: Editora Global, 1977.
- BRAGA, T.; VIEIRA, M. J.; BUONO, R. **Brasil emitiu de 6 a cada 100 toneladas de CO<sub>2</sub> produzidas no planeta em 2021**. Revista Piauí, 2022. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/brasil-emitiu-6-de-cada-100-toneladas-de-co2-produzidas-no-planeta-em-2021/>~:text=O%20Brasil%20%C3%A9%20o%20quinto,Estados%20Unidos%2C%20%C3%8Dndia%20e%20R%C3%BAssia. Acesso em: 13 jun. 2024.
- BRANDÃO, C. Buscando decifrar o Brasil: as órbitas não industriais e a natureza oblíqua do processo de acumulação de capitais segundo Carlos Lessa. In: D'OLIVEIRA, N. V. L. C.; PATRÍCIO, I.; GALVÃO, A. C. F.; MINEIRO, A.; MACEDO, M.; LASTRES, H. M. M.; FEITOSA, C. O. (Org.). **Carlos Lessa, o passado e o futuro do Brasil**. 1. ed. Brasília, DF: Expressão Popular, 2023. Cap. 13, p. 253-280.
- BRANDÃO, C. Construção social de uma variedade de mercados: capitalização de rendas e capitalismo de plataforma. **Revista GeoUSP**, São Paulo, v. 28, n. 1, 2024 (no prelo).

- CANETTIERI, T. **A condição periférica**. Rio de Janeiro, RJ: Consequência, 2020.
- DAVIS, A. **Women, race, and class**. New York: Random House, 1981.
- DAVIS, M. **Cidades mortas**. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2007.
- DAVIS, M. **Planeta favela**. São Paulo, SP: Boitempo, 2006.
- FALCONI, F.; REBELLO, R. Elite do Brasil ainda se porta como na era colonial, segundo economista. *Jornal do Brasil*, 2024. Disponível em: <https://www.jb.com.br/economia/2024/02/1048745-elite-do-brasil-ainda-se-porta-como-na-epoca-colonial-segundo-economista.html>. Acesso em: 26 jun. 2024.
- FEDERICI, S. **Caliban and the witch: women, the body and primitive accumulation**. New York: Autonomedia, 2004.
- FOSTER, J. B. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- FRASER, N. **Fortunes of feminism: from state-managed capitalism to neoliberal crisis**. London: Verso, 2013.
- HARVEY, D. **A loucura da razão econômica: Marx e o capital no século XXI**. São Paulo, SP: Boitempo, 2018.
- HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo, SP: Annablume, 2006.
- LÖWY, M. **Ecossocialismo: a política radical em tempos de catástrofe**. São Paulo: Cortez, 2005.
- LUXEMBURGO, R. **A acumulação do capital**. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2021.
- MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo, SP: Boitempo, 2017.
- MÉSZÁROS, I. **A crise estrutural do capital**. São Paulo, SP: Boitempo, 2009.
- OLIVEIRA, F. O Estado e o urbano no Brasil. **Espaço e Debates**, São Paulo, n. 6, p. 36-54, 1982.
- PREOBRAJENSKY, E. **A nova econômica**. Tradução e apresentação de Leôncio Martins Rodrigues. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- SWYNGEDOUW, E. Globalização ou glocalização? Redes, territórios e reescalonamento. In: BRANDÃO, C. A.; FERNÁNDEZ, V. R.; RIBEIRO, L. C. Q. (Org.). **Escalas espaciais, reescalonamentos e estatalidades: lições e desafios para a América Latina**. 1. ed. Rio de Janeiro, RJ: Letra Capital, 2018. Cap. 2, p. 71-106.

---

#### Contribuição dos autores

**Conceitualização:** CASSANO, E. O. M. N.; MACIEL, E. A. **Curadoria de dados:** Não aplicável. **Análise formal:** CASSANO, E. O. M. N.; MACIEL, E. A. **Aquisição de financiamento:** Não aplicável. **Investigação:** CASSANO, E. O. M. N.; MACIEL, E. A. **Metodologia:** CASSANO, E. O. M. N.; MACIEL, E. A. **Administração do projeto:** Não aplicável. **Recursos:** Não aplicável. **Software:** Não aplicável. **Supervisão:** Não aplicável. **Validação:** CASSANO, E. O. M. N.; MACIEL, E. A. **Visualização:** CASSANO, E. O. M. N.; MACIEL, E. A. **Escrita – rascunho original:** CASSANO, E. O. M. N.; MACIEL, E. A. **Escrita – revisão & edição:** CASSANO, E. O. M. N.; MACIEL, E. A.

#### Base de dados

Não se aplica

#### Financiamento

Não se aplica

#### Conflito de interesse

Os autores declaram não haver conflitos de interesse.

#### Aprovação do conselho de ética

Não se aplica.

#### Agradecimentos

Não se aplica.

---